

APRESENTAÇÃO

Este exemplar materializa a sexta edição da Revista DIREITOS CULTURAIS. Expressa a produção dos pesquisadores integrantes das duas linhas de pesquisa que dão a estrutura do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito da URI, campus de Santo Ângelo. Salienta-se que a edição que ora chega ao público acadêmico canaliza a produção intelectual, não somente de seu corpo docente e discente, mas de uma gama de pesquisadores comprometidos com o *Direito e o Multiculturalismo e a Cidadania e as Novas Formas de Solução de Conflitos*, demandas de uma sociedade pluralista, complexa e diversificada.

De outra parte, é com enorme satisfação que informamos aos nossos pesquisadores e colaboradores que a Revista DIREITOS CULTURAIS já a partir de sua edição anterior, está indexada no Sistema Regional de Informação on-line de revistas científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal. O Latindex como organização é o produto da cooperação de uma rede de instituições que funcionam de maneira coordenada para reunir e disseminar informação bibliográfica sobre as publicações científicas seriadas produzidas na região de abrangência acima citada. O Latindex constitui um sistema de rede internacional criado em 1997 na UNAM – Universidade Nacional Autônoma do México, e mantém hoje um repositório de informações sobre 14,2 mil revistas acadêmicas, sendo o Brasil o líder em publicações, com 3.100 títulos, seguido da Espanha, com 2.697 publicações, e da Argentina, com 2.244.

Dessa forma, a revista Direitos Culturais vai se consolidando e expandindo sua maturidade como veículo de expressão das reflexões e da produção intelectual do Curso de Mestrado em Direito da URI/SAN, repercutindo os direitos culturais, a cidadania e as novas formas de solução de conflito num palco ampliado de dimensões local/global.

Esta sexta edição avança de forma significativa acolhendo os critérios que impõe o sistema Qualis-Periódicos estabelecidos pelo Conselho Técnico Científico da CAPES. Para tanto a Revista se valeu do sistema *Publica Direito*, vinculado ao CONPEDI, como meio pelo qual se viabilizaram as condições de seleção e composição dos artigos que foram analisados. Assim, situados no âmbito da linha temática *Direito e Multiculturalismo* estão os artigos dos professores pesquisadores Leonel Severo Rocha, que desenvolve sua reflexão sobre o tema “Politcontextualidade e Estado”; Moacir Camargo Baggio com o tema “Normativismo, Hermenêutica e teorias sistêmicas: uma aproximação inicial da teoria autopoiética e sua visão sobre as matrizes do direito – vislumbre de

possibilidades e limitações”; Pedro Jorge de Oliveira Rodrigues, que desenvolveu “Reflexões sobre a obra ‘a instituição imaginária da sociedade’ a partir de Cornelius Castoriadis”; Vaanklin dos Santos Figueiredo com o tema “Pluralismo Jurídico - um estudo de caso sobre a universalidade parcial dos direitos humanos na questão indígena e o multiculturalismo”; Daniela Mesquita Leutchuk de Cadermatori refletiu “Cidadania e nacionalidade em Habermas: aportes conceituais”; Paulo Ferrareze Filho com o tema “O multiculturalismo nos limites da universalização dos direitos humanos e a emergência de um projeto de solidariedade”; Eloise da Silveira Petter Damázio, que analisou a “Descolonialidade e interculturalidade epistemológica dos saberes político-jurídicos: uma análise a partir do pensamento descolonial”; e Clarisse Bueno Wandscheer e Fabiane Lopes Bueno Netto Bessa analisaram “Direitos indígenas e políticas públicas: análise a partir de uma realidade multicultural”. Na linha temática da *Cidadania e as novas formas de solução de conflitos*, situam-se os artigos de Angelita Maria Maders e Isabel Cristina Brettas Duarte com o tema “Complexidade de Edgar Morin e sua contribuição para a compreensão dos ‘novos’ direitos”; Cristina Uhry com “a juridicização do paradigma ético ambiental”; Amabilia Beatriz Portela Arenhart e Livio Osvaldo Arenhart refletiram “A justificação filosófica dos cuidados paliativos a pacientes terminais”; Danielle Annoni com o tema “As políticas de ações afirmativas para a efetivação de direitos da minoria negra no Brasil”; Carlos Frederico Marés de Souza Filho e Kerlay Lizane Arbos, que analisaram “Mineração em terras indígenas, direitos humanos e o sistema interamericano de direitos humanos”; Mário Ferreira de Pragmácio Telles com o tema “Direitos culturais e a proteção jurídica do patrimônio arqueológico brasileiro: notas sobre a Lei 3.924/61”; Cláudio Alberto Gabriel Guimarães com o tema “A culpabilidade compartilhada como princípio mitigador da ausência de efetivação dos direitos humanos fundamentais nos delitos patrimoniais”; e Antonio Babbista Gonçalves, que refletiu “Biopirataria: novos rumos e velhos problemas”.

Dessa maneira, polimos um pouco mais a “pedra” do conhecimento que nos dá acesso aos saberes plurais, diversos e multidimensionais, que demanda a atual forma de sociedade, e requer o reconhecimento dos valores da democracia e dos direitos humanos como condição de sustentabilidade e de convivência. Assim, a academia vai dando conta de sua cota de responsabilidade social, e se tornando espaço/canal diferenciado para a reflexão e o diálogo necessário às questões jurídicas, políticas antropológicas e sociais, que implicam a sustentabilidade das relações humanas neste período histórico. Em especial agradecemos aos colaboradores que viabilizaram de forma substancial esta edição, e desejamos uma olhada crítica de nossos leitores.

Santo Ângelo, primeiro semestre de 2009

Prof. Dr. João Martins Bertaso
Diretor da Revista

DIREITOS CULTURAIS

**Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito
MESTRADO da URI – *campus* Santo Ângelo-RS**

